



NÃO CUSTA MESMO NADA 1% do seu IRS pode ser doado a uma IPSS

A consignação de IRS permite que 1% do imposto que já pagaria ao Estado seja destinada a uma instituição à sua escolha. Na declaração de rendimentos referentes a 2024 (que deve ser entregue até 30 de junho de 2025) é muito simples fazer o endosso. É facultativo e nem aumenta o imposto a pagar nem reduz o seu reembolso. Trata-se apenas de redirecionar parte do imposto para uma entidade útil à sociedade, de entre uma lista de mais de 5.000 instituições elegíveis.



ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2025-2026

Sector Social Solidário e Governo chegam a acordo



ASSEMBLEIA GERAL

Relatório de Atividades e Contas 2025 aprovados

A Reunião Magna de Fátima tinha como principal ponto da ordem de trabalhos a apreciação e votação do Relatório de Atividades e das Contas de 2025, tendo os documentos sido aprovados por uma esmagadora maioria das 76 IPSS representadas.



AUDIÇÃO PARLAMENTAR

CNIS ouvida no âmbito do projeto «Voltar a Casa»

O presidente da CNIS foi ouvido na Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, nas audições no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei, proposto pelo Partido Socialista, e que visa criar o Programa «Voltar a Casa».



PORTO

União Distrital apresentou dois estudos no «Perspetivas 2025»

A UDIPSS Porto realizou o evento «Perspetivas 2025» no qual foram apresentados dois estudos: «Retratos do SAD - a perspectiva das pessoas», que contou com a participação de 113 instituições associadas; e «Valor 2024 - Relato das IPSS do Porto».

Opinião

Paulo Pedroso

Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade



Creche gratuita: o compromisso cumpre-se com vagas

A gratuidade das creches é um compromisso político forte com as famílias e, para muitas delas, uma esperança concreta. Mas só é real quando se traduz numa vaga disponível, perto de casa e em tempo útil. Enquanto a procura continuar a ultrapassar a oferta, o Estado pode prometer-las, mas não consegue isentar os pais da ansiedade e da incerteza.

A situação da família de Xavier — que está inscrito em 32 creches e ainda não encontrou vaga — foi invocada por Paulo Raimundo para defender a proposta do PCP de criação de uma rede de creches

públicas. A iniciativa foi discutida e reprovada pela Assembleia da República, tal como propostas de sentido semelhante apresentadas pelo Livre e pelo BE.

O PCP tem créditos neste segmento da política social, devendo-se à sua pressão sobre o então governo do PS a instituição da gratuidade das creches no que veio a ser o Programa Creche Feliz.

A ofensiva da esquerda pela criação de uma rede pública de creches, que contou com a abstenção de Chega, PS e IL e a oposição dos partidos do governo, faz sentido e surge num momento adequado,

qualquer que seja a posição que se tenha sobre a solução proposta.

Entre março e maio, milhares de famílias vão saber o que aconteceu ao seu pedido de inscrição dos filhos em creche. Tal como acontece todos os anos, muitas delas, em particular nas áreas metropolitanas, vão receber a notícia de que não têm vaga.

Apesar de Portugal apresentar, em termos internacionais, níveis elevados de frequência de creche e de existir oferta no setor social, no privado e na rede autárquica a procura continua a ser muito superior à oferta.

Aumentar a oferta de vagas gratuitas em creche continua a ser uma prioridade no apoio às famílias e, para quem o defende, também uma peça de uma política natalista.

O governo, nesta matéria, parece arrastar os pés, apesar de constar do seu Programa o alargamento da Creche Feliz. Mas a acessibilidade à creche e a outros cuidados dos 0 aos 3 anos merece uma atenção que vá para além do debate, inevitavelmente atravessado por divergências ideológicas entre visões liberais, conservadoras e progressistas.

A Lei 2/2022, que se limitava ao faseamento da garantia de gratuidade das creches do sistema de cooperação e que foi corrigida

no mesmo ano pela Portaria 305/2022 (que estendeu, como era inevitável, a gratuidade a entidades fora do âmbito dos acordos de cooperação com a segurança social), deve ser substituída por um quadro legal que enquadre, de forma abrangente, a gratuidade das creches.

Se a esquerda se preocupa primeiramente com a expansão da oferta pública, o ponto central é simples: aumentar a capacidade, para que a gratuidade se torne real para as famílias.

O contributo do setor social é insubstituível. Mas a expansão da oferta pública — nomeadamente autárquica — parece também indispensável: a geografia das necessidades das populações não pode subordinar-se à geografia das capacidades das instituições. Além disso, a cooperação com o setor social e a oferta própria do Estado não têm de ser princípios antagónicos, nem um precisa de ameaçar o outro. O setor com fins lucrativos tem igualmente o seu espaço e uma procura específica, embora deva ser encarado como resposta complementar.

No estado atual das coisas, porém, o essencial é que as famílias encontrem a resposta que lhes falta. Neste ponto, parece ter havido convergência entre os deputados:

a proposta do PS de alargar o Programa PARES acabou aprovada e seguirá para discussão na especialidade.

Mas falta um quadro estratégico para esta medida: clarificar a sua relação com o apoio à família e o seu papel no desenvolvimento da criança; definir o seu estatuto educativo; e estabelecer princípios de cooperação entre o Estado e o setor social, bem como o enquadramento de apoios — meramente supletivos e complementares — ao setor lucrativo.

Esse plano deve também fixar a meta de cobertura que nos propomos atingir: todas as famílias devem ter acesso a uma vaga, se entenderem recorrer a esta resposta social. Dentro de poucos anos, os pais do Xavier, se decidirem ter outro filho, deveriam estar livres da ansiedade de não conseguir um lugar de creche para essa criança. Para isso, precisam de contar com governos e oposições empenhados em aumentar a cobertura. Ao ritmo atual de expansão da rede, essa libertação não ocorrerá.

As famílias que este ano continuarem sem vaga em creche merecem uma resposta do Estado à altura deste problema persistente. Não tem de ser pública, embora seja preferível que seja pública e social, mas tem de ser real.

Opinião

Eugénio Fonseca



A Constituição Portuguesa garante da democracia

Dois dias antes de se assinalar os 50 anos da Constituição da República Portuguesa participei no Fórum das Políticas Públicas 2026, dedicado a esta Carta Magna da nossa democracia. Organizado pelo Instituto para as Políticas Públicas e

Sociais- IPPS- ISCTE- IUL, juntou todos os presidentes do Tribunal Constitucional desde a sua criação, que deram a sua opinião sobre a importância da CPR como a garantia pelo respeito de valores fundamentais subjacente à defesa da dignidade

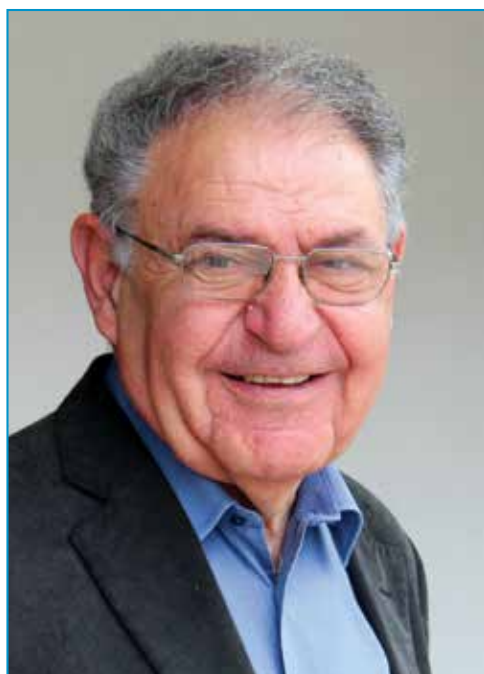
humana e da democracia. Dois destes valores, o direito à saúde e ao trabalho foram objetos de uma interessante reflexão. O ponto de partida para todas as opiniões formuladas foi a divulgação de um estudo sobre “O que Pensam os Portugueses: 50 anos da Constituição”, coordenado pelos Professores Pedro Adão e Silva e Isabel Flores. Sem prejuízo da leitura integral deste estudo, que se encontra disponível no sítio do ISCTE, deixo algumas das abordagens que me parecem mais pertinentes.

Desde logo, o objetivo central deste Estudo que «foi conhecer, de forma sistemática e representativa, as atitudes, perceções e opiniões dos cidadãos face ao texto constitucional: o grau de identificação com os seus princípios; a avaliação da concretização dos direitos e deveres que consagra; as posições face à possibilidade e ao

sentido de uma revisão; e os níveis de confiança nas instituições que a Constituição criou e legitima”. São 3 os principais eixos que os coordenadores deste Estudo retiraram dele: «Uma adesão robusta, sustentada por uma literacia constitucional frágil». Com efeito, os portugueses tendem a ver na Constituição um símbolo da democracia e, não tanto, um instrumento jurídico. Mesmo assim, é significativo o número de inquiridos que respondeu às questões com um “não sabe”; a efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais «são os que suscitam maior ceticismo», sobretudo por parte de quem tem rendimentos baixos ou sofre a precariedade habitacional e laboral; a maioria dos portugueses «quer uma revisão constitucional — mas não uma nova Constituição. As propostas que reúnem maior apoio são a

criminalização do enriquecimento ilícito e a redução do número de deputados». Foram sugeridas mais outras propostas de alteração, mas «71% consideram que os cidadãos deveriam ter maior participação nos processos de revisão constitucional». Assim, também, se percebe o relevante pendor democrático que impregna este texto fundamental da República Portuguesa.

A Constituição nunca foi um problema à governação e à implementação de políticas públicas. Parece-me que ainda não se tem conseguido tirar maior proveito dela. Por isso, há que encontrar metodologias adequadas a cada público alvo para que o conhecimento dos fundamentais princípios constitucionais cheguem à população portuguesa. Sairia mais robusto o Portugal democrático.



Lino Maia
Presidente da CNIS

Editorial

Adenda 2026

1. Foi consensualizada e está concretizada a Adenda 2026 ao Compromisso de Cooperação para o biénio 2025-2026. Se foi subscrita é porque há acordo entre o Governo e as Entidades Representativas do Sector Social e Solidário (ERSSS). E, quando se estabelece acordo, todos beneficiam e há mérito de ambas as partes.

Um primeiro e importante passo fora dado em 2021 com a segunda versão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, em que, excluídas aquelas respostas sociais em que a participação pública tem de ser mais significativa (apoio a pessoas com deficiência) ou total (Casas de Acolhimento e Creches), se apontava para uma via de participação equitativa do Estado. E, então, o Governo esteve bem.

Um segundo passo - também ele muito importante - foi dado em 2024 quando, com a liderança do atual Governo e o envolvimento das ERSSS foram apurados os custos efetivamente verificados em cada uma das respostas sociais e foi consensualmente definida uma fórmula de financiamento para cada resposta social, que em função da respetiva estrutura de custos e da evolução das contribuições familiares, traduzisse os critérios de apuramento dos montantes a transferir anualmente pelo Estado. Assim, em 2025, a atualização base foi de 4,9% com majoração em algumas respostas sociais para continuar o caminho, já tenuemente encetado, apontando para a participação equitativa. Considerada essa via,

então houve uma majoração em algumas respostas sociais. E, aí, o Governo esteve bem...

Na Adenda 2026, considerados tanto o impacto do aumento da RMMG como a variação média do índice de preços do consumidor, a atualização base é de 4,7%. Mas há majoração em algumas respostas sociais para continuar o caminho de aproximação da participação financeira equitativa. Aqui, o Governo, não descurando o Estado Social, também está bem. Gostaríamos de que estivesse ainda melhor, mas, convenhamos, a conjuntura não é a mais favorável e o Orçamento do Estado é o que é...

2. Genericamente, mas não exclusivamente, a Adenda 2026 altera as cláusulas do Compromisso de Cooperação para o biénio 2025-2026 relativas às questões financeiras que, além dos 4,7% de atualização de acordo com a fórmula de financiamento consensualizada, refletem a majoração das seguintes respostas:

CACI: majoração de 3% (total 7,7%) - participação passa de 727,78€ para 783,82€, o que representa que passa de uma percentagem de participação de 75,4% para 77,5%;

CATL extensão de horário com almoço: majoração de 1,8% (total 6,5%) - participação passa de 98,61€ para 105,02€, o que representa que passa de uma percentagem de participação de 36,8% para 37,5%;

CATL extensão sem almoço: majoração de 1,8% (total 6,5%) - participação passa de 62,68€ para 66,75€, o que representa que passa de uma percentagem de participação de 32,7% para 33,3%;

Centro de Dia: majoração de 5,3% (total 10%) - participação passa de 181,48€ para 199,63€, o que representa que passa de uma percentagem de participação de 31,4% para 33,03%;

Centro de Noite: majoração de 5,3% (total 10%) - participação passa de 378,96€ para 416,86€, o que

representa que passa de uma percentagem de participação de 32,9% para 34,6%.

Creche: majoração de 2,2% (total 6,9%) - participação passa de 515,90€ para 551,50€, o que representa que passa a ser totalmente gratuita;

ERPI: majoração de 4,8% (total 9,5%) - participação passa de 666,90€ para 730,26€, o que representa que passa de uma percentagem de participação de 40,9% para 42,8%;

Lar Residencial: majoração de 0,6% (total 5,3%) - participação passa de 1.595,15€ para 1.679,69€, o que representa que passa de uma percentagem de participação de 83,6% para 84,0%;

Pré-escolar: Atualização base (4,7%)

RNCCI: A participação financeira será atualizada em 2,34% de acordo com a Portaria em vigor e ainda atualizada em 2,36% no próximo mês de junho, com efeitos a 1 de janeiro de 2026.

3. Tanto uma Adenda como um Compromisso de Cooperação são negociados entre o Governo e as ERSSS. Difícilmente - ou nunca - o produto final será o que cada uma das partes inicialmente apresentara, pretenderia ou seria justo. Mas é bom quando há aproximação, consenso, esforço e lealdade. Foi o que aconteceu tanto por parte do Governo como das ERSSS. E nesta Adenda, como aliás em muitas outras circunstâncias, as ERSSS articularam bem entre elas e foram respeitadas pelo Governo. Quando assim acontece, apesar de não se conseguir tudo quanto seria justo, há satisfação.

Claro que ainda há muito caminho a percorrer, mas é caminhando que se faz caminho ao andar ...

O Sector Social e Solidário é um importante pilar do Estado Social. A sua missão é de serviço às pessoas. Na sua atuação privilegia as mais carenciadas e vulneráveis. A sua presença é de paz social e de conforto...



ENCONTRO CNIS E UNIÕES DISTRITAIS DE LISBOA, SETÚBAL E SANTARÉM

Estreitar parceria com as autarquias é a via para a garantia do futuro

O encontro da Direção da CNIS com as Uniões Distritais de Lisboa, Setúbal e Santarém e ainda com IPSS associadas desses distritos teve três momentos distintos, unidos pelo propósito de “conversar entre todos” a situação do sector e das instituições, tendo quatro pontos de partida, como explicou o padre Lino Maia na introdução: “Qual é a missão das IPSS?; Qual é a via para as IPSS?; Cooperação com o Estado; Pensar o futuro.

A manhã, do dia 13 de março, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), onde se realizou o encontro, foi para a “conversa” entre a Direção da CNIS e as Uniões Distritais, durante a qual foram feitos esclarecimentos sobre algumas negociações em curso e as UDIPSS puderam colocar à discussão alguns temas e situações que preocupam os dirigentes do sector.

A propósito das negociações do novo Contrato Coletivo de Trabalho, que decorrem com os sindicatos, apesar da CNIS já ter chegado a acordo com uma estrutura sindical, depois de algumas informações dadas pela dirigente Maria José Miranda, os representantes das Uniões mostraram-se muito preocupados com a capacidade financeira das instituições para cumprir com os novos aumentos salariais.

“De onde vêm os recursos para pagar esses aumentos?”, questionou Carlos César, da UDIPSS Lisboa, uma ideia reforçada por Carlos Taleço, da congénere de Setúbal: “Esses aumentos não são exequíveis. Corremos o risco de muitas instituições terem de fechar portas!”

O presidente da CNIS lembrou que “os trabalhadores são fundamentais e são a solução, não são os problemas”, sublinhando: “Os salários neste sector estão 15% abaixo dos salários dos restantes sectores e, cada vez mais, precisamos de trabalhadores qualificados. Por isso, precisam de ser melhor remunerados. Temos de valorizar mais os trabalhadores”.

Para pagarem melhor, as instituições necessitam de acordos de cooperação melhor remunerados.

“Não depende de nós a conclusão das negociações, mas só assinaremos se estivermos de acordo”, sustentou o padre Lino Maia.

No seguimento de uma proposta de Davide Catarino, da União de Santarém, para que, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), “se consiga que não haja encargos com os bombeiros e a Proteção Civil, porque as medidas de autoproteção são muito importantes”, o presidente da CNIS defendeu



que “a cooperação com as autarquias tem de ser intensificada”.

“A ANMP não tem poder sobre as autarquias, cada uma atua por si, mas podemos tentar incluir essa questão das medidas de autoproteção no protocolo que a CNIS tem com a ANMP”.

Sobre a marcha das negociações com o Estado, o presidente da CNIS não se mostrou muito satisfeito, uma vez que o governo insiste na “atualização automática de 4,7%”, o que não favorece o caminho para a comparticipação equitativa.

“Temos insistido que não pode haver apenas uma atualização automática para todas as respostas sociais, porque os custos neste sector são mais elevados. A inflação deste sector é mais elevada do que na restante economia”, lembrou o padre Lino Maia, acrescentando: “Em ERPI a comparticipação do Estado está em 40,9% e em Centro de Dia em 31,4%. Assim estava em 2025 e assim vai continuar em 2026 com a atualização automática apenas”.

O receio da CNIS é que as instituições, por problemas de sustentabilidade financeira, se afastem da sua missão.

“Para equilibrar as contas, as instituições têm de ir às famílias, o que nem dá em algumas respostas, mas depois quem não pode pagar, não tem lugar. A nossa missão não é esta”, asseverou o padre Lino Maia, lembrando que, entretanto, “fomos confrontados com o ‘aceitam isto ou avançamos como está’”.

“A CNIS tem de se afirmar e tem de ser todos juntos”, afirmou Fernando Sousa, da UDIPSS Setúbal, exclamando: “Não podemos aceitar tudo!”.

“Temos de ter consciência de que o que nos une são as pessoas que as nossas instituições apoiam”, começou por dizer José Carlos Batalha, da UDIPSS Lisboa, acrescentando: “Precisamos de concretizar mais estas pessoas todas, precisamos de dar músculo a esta união maior. E estas presidências abertas são muito importantes”.

Sobre negociações com o Estado, o também presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS deixou um desafio às instituições: “Se a CNIS negocia com o Estado Central, que tem uma visão enviesada do terreno, nós temos a facilidade de marcar presença, confrontar e demonstrar às autarquias o que fazemos e,

assim, marcássemos a agenda. Nós não estamos de ir às famílias, o que nem dá em algumas respostas, mas depois quem não pode pagar, não tem lugar. A nossa missão não é esta”, asseverou o padre Lino Maia, lembrando que, entretanto, “fomos confrontados com o ‘aceitam isto ou avançamos como está’”.

Por fim, José Carlos Batalha defendeu que a CNIS fizesse ações nas universidades, porque, “se não nos dermos a conhecer, ninguém nos conhece” e “os jovens não abundam neste sector, há mesmo poucos jovens entre os dirigentes”.

A primeira etapa da jornada de trabalho em Lisboa chegou ao fim com o padre Lino Maia a sublinhar a necessidade de o sector “ter uma estratégia de comunicação”.

“É muito importante para as boas práticas e pelo que somos e o que fazemos que tenhamos uma estratégia de comunicação”, explicou.

Lembrando que “as IPSS são o pilar do Estado Social”, dando emprego a mais de 300 mil trabalhadores, apoiando mais de 750 mil pessoas de todas as idades, tocando um universo de cerca de 10% da população, o presidente da CNIS rematou: “Somos indispensáveis, mas somos ignorados”.

SEGURANÇA

O segundo momento do encontro no ISCSP foi a alocução de Duarte Caldeira, antigo

presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses e especialista em Proteção Civil, que o padre Lino Maia consideraria, no final, “interessante e muito útil”.

Depois de sublinhar que “as IPSS são uma expressão riquíssima da sociedade”, Duarte Caldeira afirmou que “a questão da segurança é essencial e a ação preventiva é o caminho”, sublinhando: “Todos temos uma missão que é a nossa segurança e dos demais”.

“A segurança é bem-estar e estar bem”, começou por dizer, acrescentando que “é estar física e emocionalmente bem, ou seja, livres de risco”.

“O risco faz parte da segurança e, não havendo risco zero, a segurança é saber lidar com o risco. E é uma obrigação e uma responsabilidade de todos e das IPSS”, argumentou.

Já sobre o papel das IPSS em garantir a segurança das pessoas que apoiam, Duarte Caldeira, que lembrou o caso do incêndio na Misericórdia de Mirandela no verão passado, defendeu que “há uma grande consciencialização da importância da segurança no dirigismo das instituições”, deixando uma crítica ao Estado: “Primeiro, os organismos do Estado têm de ser menos burocráticos e deviam disponibilizar apoio técnico às instituições para validação das medidas de autoproteção”.

Sobre estas, o especialista em Proteção Civil sublinhou a ideia de que “as medidas de autoproteção são instrumentos para a ação” e “é indispensável serem validadas” e, muito importante, “devidamente treinadas para não serem livros na estante”.

Duarte Caldeira incentivou as IPSS a “fazer regularmente simulacros e treinos” e defendeu que “criar o responsável pela segurança é essencial”.

Este ficará responsável por “revisitar as medidas de autoproteção e por estar atento ao espaço e às pessoas”, explicou, referindo a importância do planeamento: “O plano só é eficaz se for dinâmico e, para tal, é fundamental a informação e a formação”.

A terminar, Duarte Caldeira, que antes ainda destacou que “a relação de proximidade com as autarquias é fundamental e deve ser vinculada”, sublinhou que “a causa da segurança e a causa do social são a causa da vida”.

VOZ ÀS IPSS

O terceiro e derradeiro momento do Encontro foi marcado pelos temas da cooperação, relação com as autarquias e retenção de trabalhadores.

Fernando Sousa, presidente da UDIPSS Setúbal, começou por referir que “todos os dias o Poder Central desrespeita as instituições”, pelo que “as instituições têm de ter voz ativa junto das autarquias”.

“O Poder Local democrático deve ter em conta o que tem no seu concelho e os municípios devem relacionar-se como parceiros das instituições. Temos de fazer chegar o que



fazemos às autarquias”, afirmou, sublinhando: “Não devemos perder a oportunidade de estreitar relações com as autarquias e de aumentar a nossa participação”.

Antes de abordar a temática dos recursos humanos, José Carlos Batalha, presidente da UDIPSS Lisboa, reforçou a ideia de que “o Estado Central tem uma visão enviesada, fala numa parceria que não pratica”, e citando o padre Lino Maia disse: “Nós sentimos o cheiro das pessoas’ e as autarquias também estão próximas. Essa é uma característica que partilhamos”.

Sobre o tema dos trabalhadores, o

dirigente lembrou que “a qualidade do serviço passa pelos recursos humanos” e deixou um desafio às instituições: “Temos de ser agentes de mudança, mesmo nas vossas instituições”.

Seguiu-se um período de intervenção da plateia, com os representantes de instituições dos três distritos a levantarem diversas questões, na maioria com a exposição de casos particulares, mas que acabam por refletir o cenário do conjunto das instituições que compõem o Sector Social Solidário.

Financiamento, assimetria territorial no desenvolvimento das respostas sociais,

sustentabilidade financeira, falta de dirigente e de dirigentes jovens, saúde mental ou o IVA, entre muitas outras, foram questões abordadas.

Pode resumir-se o dia de “conversas” promovido pela CNIS, no ISCSP, com as Uniões Distritais e IPSS de Lisboa, Santarém e Setúbal com uma frase dita nesta última fase do Encontro: “Não basta fazer o bem, há que o fazer bem”. Este foi o propósito de todos os que ao longo do dia participaram na iniciativa em Lisboa.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

CRECHE

CNIS desaconselha utilização do Sistema VAGA

Na sequência da exposição da CNIS ao Instituto da Segurança Social (ISS) e à Secretaria de Estado da Ação Social e Inclusão (SEASI) com “manifestação de profundo descontentamento e repúdio com todo o processo de desenvolvimento e apresentação do Sistema VAGA” e ainda “com os seus efeitos nas normas que regulam o funcionamento do sistema de cooperação e na autonomia das instituições”, as Organizações Representativas do Sector Social Solidário reuniram com a SEASI, o ISS e o Instituto de Informática, “onde foram apresentadas as preocupações e reservas das instituições e os objetivos governamentais da implementação de um sistema informático de gestão de vagas em creches”.

Dessa reunião resultou a continuidade dos trabalhos conjuntos para introdução de “alterações e melhorias” a esta aplicação.

No entanto, face aos trabalhos a desenvolver e considerando a versão da aplicação atualmente disponível na Segurança Social Direta, “a CNIS mantém a recomendação de não utilização desta ferramenta”, aconselhando que cada instituição deve “aplicar os procedimentos em vigor no respetivo regulamento interno”.

CONTRATAÇÃO COLETIVA

CNIS chega a acordo com a FNE para 2026

A CNIS e a FNE e Outros concluíram o processo de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), publicado no BTE nº 30, de 15 de agosto de 2025, relativamente ao ano de 2026.

O texto do acordo de revisão aguarda publicação no BTE e a CNIS revela as principais disposições constantes do acordo de revisão, “recomendando que as instituições associadas possam, desde já, pôr em execução as alterações do CCT, designadamente as que respeitam aos novos valores de remunerações mínimas”.

As principais alterações em matéria remuneratória são:

1 - Abono para falhas: Passa para 40 euros mensais, em 2026, nos demais termos e condições estabelecidas na Cláusula 69ª;

2 - Subsídio de refeição: 5,50 euros por dia completo de trabalho, nos termos e condições estabelecidas na Cláusula 70ª do CCT, ou, nos casos de pagamento por título de refeição, no montante correspondente ao limite da isenção de IRS;

3 - Cláusula 34ª-A (Cláusula nova - subsídio de trabalho normal ao domingo): 3.1 - O trabalhador que, sendo indispensável para a continuidade do serviço, presta trabalho normal ao domingo em equipamento não obrigado a suspender o funcionamento nesse dia tem direito a acréscimo de 100% da retribuição correspondente, no que exceder dois domingos por mês; 3.2 - O disposto no número anterior não é aplicável nos casos em que o

trabalhador receba o complemento de retribuição estabelecido na Cláusula 64ª, relativa ao trabalho em regime de turnos rotativos; 3.3 - O pagamento do subsídio de domingo não prejudica o direito a descanso semanal, nos termos da Cláusula 39ª; 3.4 - O disposto na presente Cláusula entrará em vigor em 1 de julho de 2026.

Entretanto, no dia 26 de março, houve uma greve e manifestação dos trabalhadores das IPSS junto à sede da CNIS, tendo os representantes das diferentes estruturas sindicais da CGTP (CESP/FEPCEs, FENPROF, SEP, SIFAP, FESAHT, SFP, STSSSS e STSS) sido recebidos pela equipa negociadora da CNIS.

Na reunião com os dirigentes da CNIS, que aconteceu volvidas duas horas de protesto na Ribeira do Porto, as estruturas sindicais entregaram um manifesto, aprovado pelos manifestantes momentos antes, e reafirmaram as suas reivindicações, em especial, relativamente aos salários.





- BUROCRACIA
+ TEMPO PARA EDUCAR
CONHEÇA O eSOCIAL INFÂNCIA!

- ✔ Planificação simples e integrada
- ✔ Bloco de Notas para registar o que realmente importa
- ✔ Avaliação automática com base no que regista
- ✔ Comunicação segura e privada com as famílias



participe no

HEALTHi TALKs

by F3M

Espaço de partilha

Diálogo aberto e construtivo sobre os principais desafios enfrentados pelas instituições

Partilha de experiências e reflexão conjunta sobre práticas de sucesso

▼

Melhoria contínua na prestação de cuidados







saiba mais em
www.f3m.pt

CNIS OUVIDA NA COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E INCLUSÃO

“Há pessoas a vegetar nos hospitais” que precisam de resposta imediata

O presidente da CNIS foi ouvido na Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, nas audições no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 389/XVII/1.ª, proposto pelo Partido Socialista, e que visa criar o Programa «Voltar a Casa».

O programa pretende dar resposta às pessoas que se encontram nos hospitais com alta clínica a aguardar vaga em respostas sociais criando uma nova resposta social de residências de transição.

O Projeto de Lei do PS baseia-se numa proposta da CNIS, tendo o padre Lino Maia respondido a algumas questões colocadas pelos deputados e explicado a bondade da proposta.

O padre Lino Maia, que esteve acompanhado pela colega de Direção Maria João Quintela, começou por lembrar que “a CNIS colabora e coopera sempre” com os governos, independentemente dos partidos que os sustentam.

“Fizemos um estudo e

detetámos uma situação que merece a maior atenção de todos, há pessoas que vegetam nos hospitais, ano após ano”, afirmou o líder da CNIS, acrescentando: “E nesse período adotam vícios e doenças, ‘entropiando’ o sector da saúde”.

Ressalvando que “não há solução para todos os casos”, o padre Lino Maia referiu, concretamente, o caso de algumas pessoas em situação de sem-abrigo que caindo numa cama de hospital, no momento da alta não se vai colocar a pessoa na rua novamente. No entanto, para estas e outras dessas pessoas que “vegetam” nos hospitais, “o Lar ou os Cuidados Continuados não são a resposta, mas antes uma pequena residência transitória... para socializarem”.

“Algumas dessas pessoas, indo para um Lar acabam por não se adaptar e, por vezes, ainda criam problemas na instituição e com outros utentes”, alertou, apontando como resposta “a residência transitória, com cuidados muitos

especiais, a que chamaria cuidados de socialização”.

Para a CNIS, “é fundamental o carácter transitório” da resposta, para o qual “são necessários mais recursos humanos” e “que tenham sempre outras respostas sociais de retaguarda, como o Lar ou o Apoio Domiciliário”.

“As medidas até agora adotadas são válidas, mas são insuficientes”, afirmou o padre Lino Maia, recorrendo-se da intervenção do deputado do Chega para alertar que “os valores de participação do Estado não são suficientes”.

Numa referência à iniciativa do atual governo que fazer um estudo sobre os custos das respostas sociais por utente, contudo, “o estudo parte de dados que não são os melhores”, como a “inflação, que é mais elevada no sector”, os “salários, que estão, em média, 15% abaixo dos restantes sectores, levando os trabalhadores das IPSS a fazer caridade” e ainda o pôr em causa a missão das instituições que



são os mais vulneráveis.

Questionado se o «Voltar a casa» não criará mais assimetrias, o presidente da CNIS respondeu que “as IPSS são de proximidade e esta resposta tem de ser de proximidade, disseminada pelo território e não apenas nas grandes cidades”, avançando mesmo que a implementação desta nova resposta, caso seja aprovado o Projeto de Lei, será breve.

“Há instituições que têm casas que lhes foram doadas, as autarquias e o Estado central têm casas, que é preciso adaptar, que podem ser utilizadas. Passados alguns meses da entrada em vigor da Lei, caso seja aprovada, já teremos casas para acolher com dignidade essas pessoas”, garantiu, lembrando que o propósito do «Voltar a casa» é “voltar à vida”.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ESTÁ A SER ELABORADO

ORSSS reuniram com a Direção da ANAFRE

A CNIS e as demais Organizações Representativas do Sector Social Solidário (ORSSS) reuniram com a Direção da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, na sede desta última em Lisboa, a fim de “estabelecer pontos de contacto até agora inexplorados do ponto de vista orgânico”.

A reunião solicitada pelas ORSSS teve “o melhor acolhimento por parte da ANAFRE, tendo ficado acordado a elaboração de um protocolo de cooperação assente na capilaridade das duas estruturas”, revelou, ao SOLIDARIEDADE, Alfredo Cardoso, membro da Direção da CNIS presente na mesma.

“O documento está a ser trabalhado por ambas as partes, no sentido de ter apresentação pública ainda durante o primeiro semestre de 2026”, concluiu o dirigente.



SECTOR SOCIAL E SOLIDÁRIO E GOVERNO CHEGAM A ACORDO

Adenda ao Compromisso de Cooperação

Está assinada a Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para o biénio 2025-2026, colocando um ponto final nas negociações da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, União das Misericórdias Portuguesas, União das Mutualidades Portuguesas e a Confederação Cooperativa Portuguesa com o Governo liderado por Luís

Montenegro.

O executivo sublinha que este acordo prossegue a aproximação aos objetivos do Pacto para a Cooperação, que prevê uma comparticipação do Estado de pelo menos 50 por cento; contribui para a sustentabilidade das instituições; e reafirma a “forte parceria com o Sector Social e Solidário que vê as comparticipações financeiras do Estado nas

respostas sociais aumentarem mais de 440 milhões de euros em apenas 2 anos.”

A fórmula de financiamento anual consensualizada fixa em 4,7% a atualização com as tipologias de respostas, o custo real do utente, a inflação e o aumento da retribuição mínima mensal garantida.

A Adenda altera as cláusulas relativas às questões financeiras, com efeitos retroativos

a janeiro, que, além dos 4,7% refletem a majoração nas respostas sociais conforme se pode constatar nos gráficos publicados.

Em síntese:

1. ERPI: majoração de 4,8% (total 9,5%) - comparticipação passa de 666,90€ para 730,26€, o que representa que passa de uma percentagem de comparticipação de

Comparticipações Financeiras

A comparticipação financeira da Segurança Social para o ano de 2026:

1. CRECHE

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Gratuidade Creche – crianças nascidas a partir de 1 setembro de 2021, inclusive (criança/mês)	473,80 €	515,90 €	551,50 €
Comparticipação complementar por: horário >11h/dia (equipamento/mês)	921,53 €	966,68 €	1 012,12 €
Comparticipação complementar por: funcionamento em permanência (mês/turno)	622,69 €	653,20 €	683,90 €
Comparticipação complementar por: frequência de criança com deficiência (dobro da comparticipação)	1 113,43 €	1 167,99 €	1 222,88 €
Comparticipação financeira: sábados < 15 utentes (por turno/mês)	2 026,91 €	2 126,23 €	2 226,16 €
Comparticipação financeira: sábados > 16 utentes (por turno/mês)	2 701,94 €	2 834,34 €	2 967,55 €

Nota: Atualização de 4,7% (majorado em 2,2% para a “Gratuidade Creches”).

2. CRECHE COM ACORDOS AO ABRIGO DO PRINCÍPIO DA DIFERENCIAÇÃO POSITIVA

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Isolada (criança/mês)	290,18 €	304,40 €	318,71 €
Acoplada (criança/mês)	239,68 €	251,42 €	263,24 €

Nota 1: Atualização de 4,7%.

Nota 2: Nos acordos de cooperação para creche isolada e creche acoplada, celebrados ao abrigo do princípio da diferenciação positiva, à comparticipação financeira referida na tabela supra, é acrescido o valor correspondente a: 80% das remunerações dos educadores de infância.

3. CRECHE FAMILIAR/ AMAS

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
1ª e 2ª criança em ama (criança/mês)	408,77 €	445,09 €	466,01 €
3ª e 4ª criança em ama (criança/mês)	457,82 €	498,50 €	521,93 €
Apenas 1 criança com deficiência em ama	817,53 €	890,18 €	932,02 €
Mais de 1 criança em ama, sendo uma delas com deficiência	915,63 €	996,99 €	1 043,85 €

Nota: Atualização de 4,7%.

Distribuição percentual entre Ama e Instituição	% Ama	% Creche familiar
1 criança em ama	100%	0%
2 crianças em ama	100%	0%
3 crianças em ama	85%	15%
4 crianças em ama	70%	30%



4. CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Funcionamento clássico com almoço (criança/mês)	112,16 €	117,66 €	123,19 €
Funcionamento clássico sem almoço (criança/mês)	89,94 €	89,94 €	89,94 €
Extensões de horário e interrupções letivas com almoço (criança/mês)	94,00 €	98,61 €	105,02 €
Extensões de horário e interrupções letivas sem almoço (criança/mês)	59,75 €	62,68 €	66,75 €

Nota 1: Atualização de 4,7% para CATL funcionamento clássico, à exceção do CATL funcionamento clássico sem almoço

Nota 2: Atualização de 4,7% (majorado em 1,8%) para CATL extensões de horário.

5. CASAS DE ACOLHIMENTO

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Acolhimento residencial (criança/mês)	970,41 €	970,41 €	2 400,79 €

Nota: Atualização de 147,4%.

6. CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL:

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Preservação familiar (família/mês)	167,17 €	167,17 €	167,17 €
Reunificação familiar (família/mês)	278,64 €	278,64 €	278,64 €
Ponto de encontro familiar (família/mês)	264,71 €	264,71 €	264,71 €

Operação para o biénio 2025-2026

40,9% para 42,8%;

2. Centro de Dia: majoração de 5,3% (total 10%) - comparticipação passa de 181,48€ para 199,63€, o que representa que passa de uma percentagem de comparticipação de 31,4% para 33,03%;

3. CRECHE: majoração de 2,2% (total 6,9%) - comparticipação passa de 515,90€ para 551,50€, o que representa que passa a

ser totalmente gratuita;

4. CACI: majoração de 3% (total 7,7%) - comparticipação passa de 727,78€ para 783,82€, o que representa que passa de uma percentagem de comparticipação de 75,4% para 77,5%;

5. LAR RESIDENCIAL: majoração de 0,6% (total 5,3%) - comparticipação passa de 1.595,15€ para 1.679,69€, o que representa

que passa de uma percentagem de comparticipação de 83,6% para 84,0%;

6. CATL extensão de horário com almoço: majoração de 1,8% (total 6,5%) - comparticipação passa de 98,61€ para 105,02€, o que representa que passa de uma percentagem de comparticipação de 36,8% para 37,5%;

7. CATL extensão sem almoço:

majoração de 1,8% (total 6,5%) - comparticipação passa de 62,68€ para 66,75€, o que representa que passa de uma percentagem de comparticipação de 32,7% para 33,3%;

8. CENTRO DE NOITE: majoração de 5,3% (total 10%) - comparticipação passa de 378,96€ para 416,86€, o que representa que passa de uma percentagem de comparticipação de 32,9% para 34,6%.



7. CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Atendimento (utente/mês)	180,87 €	189,73 €	198,65 €
Atendimento e Alojamento (utente/mês)	714,57 €	749,58 €	784,81 €

Nota: Atualização de 4,7%.

8. LAR DE APOIO

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Comparticipação regular (utente/mês)	999,43 €	999,43 €	1 046,40 €

Nota: Atualização de 4,7%.

9. LAR RESIDENCIAL

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Comparticipação regular (utente/mês)	1 520,64 €	1 595,15 €	1 679,69 €

Nota: Atualização de 4,7% (majorado em 0,6%)

10. RESIDÊNCIAS DE AUTONOMIZAÇÃO E INCLUSÃO

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Comparticipação regular (utente/mês)	1 219,00 €	1 278,73 €	1 278,73 €

11. CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Comparticipação regular (utente/mês)	686,24 €	727,78 €	783,82 €

Nota: Atualização de 4,7% (majorado em 3%).

12. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Descrição	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Comparticipação regular – prestação de 4 serviços (utente/mês)	362,49 €	362,49 €	362,49 €

Nota: O valor da atualização extraordinária de 3,5% de outubro de 2024 já incorpora o valor da comparticipação para 2025.

13. ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Comparticipação regular (utente/mês)	593,60 €	666,90 €	730,26 €

Nota: Atualização de 4,7% (majorado em 4,8%).

14. DIFERENCIAÇÃO POSITIVA NA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
0 < dependentes < 20% (utente/mês)	670,80 €	703,67 €	736,74 €
20% < dependentes < 40% (utente/mês)	713,97 €	748,95 €	784,16 €
40% < dependentes < 60% (utente/mês)	833,40 €	874,24 €	915,33 €
60% < dependentes < 80% (utente/mês)	920,62 €	965,73 €	1 011,12 €
Dependentes > 80% (utente/mês)	949,08 €	995,58 €	1 042,38 €

Nota: Atualização de 4,7%.

15. CENTRO DE NOITE:

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Comparticipação regular (utente/mês)	361,26 €	378,96 €	416,86 €

Nota: Atualização de 4,7% (majorado em 5,3%).

16. CENTRO DE DIA:

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Comparticipação regular (utente/mês)	170,95 €	181,48 €	199,63 €

Nota: Atualização de 4,7% (majorado em 5,3%).

17. CENTRO DE CONVÍVIO:

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Comparticipação regular (utente/mês)	72,54 €	72,54 €	72,54 €

18. PRÉ-ESCOLAR

Resposta Social	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026
Comparticipação regular (criança/mês)	178,05 €	208,05 €	217,82 €

Nota: Atualização de 4,7%.

ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Relatórios de Atividades e de Contas de 2025 aprovados

Com o espírito pascal já a sentir-se no ar, Fátima acolheu, no derradeiro sábado de março, a Assembleia Geral da CNIS, onde a grande expectativa era saber em que ponto se encontrava a Cooperação, ou seja, a negociação da Adenda 2026 ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário.

A data nada estava ainda decidido e até havia “alguns imbróglis”, como explicou o presidente da CNIS, dando logo aí sinal de que havia vontade do lado do Governo em avançar em algumas respostas sociais. Entretanto, a Adenda 2026 está consensualizada [ver páginas centrais].

A Reunião Magna de Fátima tinha como principal ponto da ordem de trabalhos a apreciação e votação do Relatório de Atividades e das Contas de 2025.

Os documentos foram aprovados por uma esmagadora maioria das 76 IPSS representadas, tendo colhido apenas uma abstenção.

Entre as principais iniciativas levadas a efeito pela CNIS no ano de 2025, destaque para: a comemoração do Dia da CNIS, em que houve uma reflexão sobre «Dirigentes das IPSS: Desafios, Direitos e Deveres»; a promoção e realização da Chama e da XVIII Festa da Solidariedade no distrito de Beja; encontro sobre «Multidimensionalidade do Envelhecimento», uma reflexão sobre a reconfiguração das respostas sociais dirigidas às pessoas idosas; o colóquio «Regime Jurídico do Maior Acompanhado», onde foram abordados ainda os modelos de representação legal dos utentes das IPSS; a publicação dos dados dos estudos sobre «A importância económica e social das IPSS em Portugal» para os anos económicos de 2022 e 2023, no âmbito do Projeto CNIS: Capacitar, eNvolver, Inovar



e Solucionar (financiado pelo Programa Pessoas 2030); a reconfiguração da plataforma ROTASS – Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário, ajustando-a às novas necessidades e transformando-a em código aberto para a interoperabilidade, no âmbito do Projeto CNIS; o cálculo dos custos médios reais das diferentes respostas sociais, nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde, pela Central de Balanços da CNIS, no âmbito do Projeto CNIS; e o cálculo dos custos técnicos das diferentes respostas sociais, nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde, pelo Departamento Técnico.

De resto, como habitualmente, a CNIS

manteve negociações com as estruturas sindicais, no sentido de atualizar o Contrato Coletivo de Trabalho, tendo efetuado 15 reuniões negociais, realizou os encontros explicativos do Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2025-2026 às associadas, incluindo as da Região Autónoma da Madeira, tendo, através dos órgãos próprios, feito o acompanhamento da execução do Compromisso de Cooperação 2025-2026, nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde.

Houve, depois, um período em que os representantes das instituições associadas deram voz às suas preocupações através de casos

particulares, mas que são espelho do que muitas outras IPSS sentem.

Os custos do Centro de Dia e do SAD, os problemas com as verbas do PRR e a Habitação Colaborativa, as dificuldades financeiras da Educação Pré-Escolar e os problemas com a Mobilidade Verde, entre outras, foram questões levantadas, tendo sido pedido a alteração do Estatuto das IPSS face à escassez de novos dirigentes para os Órgãos Sociais das instituições.

No fecho da Assembleia Geral, e por proposta de uma instituição, foi aprovado por unanimidade um “voto de gratidão” a Manuela Mendonça, antiga dirigente da CNIS e não só, recentemente falecida.

COMUNICADO DO PRESIDENTE DA CNIS

A propósito da designação de um Provedor da Autonomia

Logo no início da Assembleia Geral, do dia 28 de março, o presidente da CNIS aludiu a uma questão com que tinha sido confrontado momentos antes, confessando não saber ainda do que se tratava em concreto.

Posto isso, dois dias volvidos, o presidente da CNIS emitiu um comunicado sobre o anúncio de um Provedor da Autonomia das IPSS, que pode ler na íntegra:

“1 - No dia da última Assembleia Geral da CNIS, 28 de março de 2026, foi-me dado conhecimento de que havia sido designado um Provedor da Autonomia das IPSS;

2 - No conjunto das IPSS há Associações

de Solidariedade Social, Casas do Povo Centros Sociais Paroquiais, Institutos de Organização Religiosa, Misericórdias e equiparadas (Cooperativas de Solidariedade Social e Mutualidades), há Federações, Uniões e Entidades Representativas (CONFECOOP, União das Misericórdias, União das Mutualidades e CNIS);

3 - As IPSS não são empresas sociais, são instituições particulares de solidariedade social que podem – ou não – cooperar com o Estado;

4 - Todas as IPSS, autonomamente, podem contratar trabalhadores, colaboradores, defensores ou provedores;

5 - Livremente e por decisão de cada uma, as IPSS podem associar-se em Federações e Uniões e, através delas, nomeadamente na Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS);

6 - Uma IPSS associada é representada pela Entidade de nível superior (União ou Confederação);

7 - Autonomamente, cada IPSS pode decidir cooperar com o Estado, ficando sujeita a algumas regras impostas pelo Estado e ao desenvolvimento de algumas políticas e ações sociais, pelo que fica com uma espécie de autonomia mitigada;

8 - O Estado quando celebra um acordo

de cooperação aceita a IPSS como parceira, mas pode e deve situá-la na ação social a desenvolver;

9 - As IPSS não associadas em Uniões, Federações ou na Confederação ficam sujeitas a decisões consensualizadas entre o Estado e as Entidades representativas;

10 - A designação de um Provedor para todas as IPSS só poderia ser decidida pelo conjunto das IPSS e dificilmente poderia ser provedor da autonomia de cada uma e de todas, pelo que, na qualidade de presidente da Confederação não posso deixar de alertar para alguma confusão que uma designação arbitrária possa causar”.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhorar a qualidade dos seus serviços e aumentar a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.

-  EDITÓRIA, ATENÇÃO DE SERVIÇOS
-  SERVIÇOS PLATEIAÇÃO
-  RESTAURAÇÃO COLETIVA
-  RESTAURAÇÃO PÚBLICA E SISTEMAS DE EVENTOS
-  RENDIMENTO
-  SUPERVISÃO E LOGÍSTICA
-  PRODUÇÃO ALIMENTAR
-  SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ELETRÓNICA
-  LIMPEZA
-  BENEFÍCIOS E INCENTIVOS
-  TERCEIRIZAÇÃO TEMPORÁRIA E OUTSOURCING

www.trivalor.pt
Linha de Apoio ao Cliente: 808 20 90 54

TRIVALOR SERVIÇOS, PT, SA - Lda
Rua da República, 12 - 1250-078 Lisboa
Tel: 218 486 281 / 218 486 282
Fax: 218 486 287 / 218 486 288
E-mail: trivalor@trivalor.pt

CONTEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

LATI – LIGA DOS AMIGOS DA TERCEIRA IDADE, SETÚBAL

Sertório Herrera homenageado no 47º aniversário da instituição

A LATI – Liga dos Amigos da Terceira Idade, de Setúbal, assinalou, no passado dia 22 de março, 47 anos de vida, com uma cerimónia em que foi homenageado Sertório Herrera, figura incontornável da história da instituição.

As celebrações, para além da sessão solene, integraram a 9.ª Caminhada Solidária «Pelos Outros», com início no coreto da Avenida Luísa Todi e passagem pelo Convento de Jesus, e que juntou dezenas de caminhantes, tendo terminado com atividades no Parque do Bonfim.

Foi a 22 de março de 1979 que a LATI foi fundada e, desde então, afirmou-se como uma das principais instituições de solidariedade do concelho de Setúbal, com respostas sociais de idosos, crianças e jovens.

Na sessão solene, que decorreu no Centro Comunitário do Bocage, foi evocado o antigo dirigente da instituição, falecido

em 2025, que o presidente da direção da LATI, Sertório Herrera Oliveira, definiu como “o coração e a alma da casa”.

“Este é o primeiro aniversário que celebramos sem a presença física daquele que foi o coração e a alma da casa”, disse o também filho do homenageado, destacando “a sua marca indelével” que “continuará presente em cada gesto de solidariedade”.

“Garantir que a LATI permanece fiel à missão de humanismo e proximidade” é a forma de honrar o seu legado, defendeu, anunciando que a instituição se prepara para construir uma nova Estrutura Residencial Para Idosos, com capacidade para 80 utentes.

Por seu turno, Maria das Dores Meira, presidente da Câmara Municipal de Setúbal, sublinhou a marca deixada por Sertório Herrera.

“Foi um dos grandes obreiros deste extraordinário projeto

D.R.



social e comunitário, um homem de causas, de valores e de ação. O seu legado permanece vivo na obra que ajudou a construir

e nas vidas que tocou”, afirmou a edil.

Luísa Malhó, diretora do Centro Distrital de Segurança

Social de Setúbal, relevou a capacidade da LATI “para congregar, unir e criar um verdadeiro espaço de encontro e pertença”.

CAST – CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOMAR

Resultado financeiro positivo é prenda pelos 120 anos de vida

O Centro de Assistência Social de Tomar (CAST) celebrou, no passado dia 19 de março, 120 anos de vida, numa sessão em que a prenda de aniversário foi o anúncio do regresso aos resultados financeiros positivos no exercício 2025.

Foi o presidente da direção, Rui Pascoal, que o anunciou, sublinhando o “compromisso, solidariedade e dedicação ao próximo” como a missão que sustenta a instituição.

O regresso aos resultados positivos representa, segundo Rui Pascoal, mais do que um indicador financeiro, “é um sinal de recuperação, de estabilidade e, sobretudo, de futuro”.

“Definimos desde o primeiro momento um caminho de rigor, transparência e responsabilidade”, frisou, lembrando que a cerca de 10 anos de resultados negativos da instituição.

Antes de fazer um apelo aos sócios para a importância da sua participação ativa, Rui Pascoal sublinhou a importância do esforço conjunto para o resultado, salientando o papel dos trabalhadores.

Para o presidente do CAST, a celebração dos 120 anos é “honrar o passado e assumir um compromisso com o futuro”, garantindo que terá “bases sólidas, união e ambição”.

Da criação da Associação Cresce Asilo Nossa Senhora da Piedade (1906), que acolhia, alimentava e protegia crianças e apoiava os mais vulneráveis, ao aparecimento da Casa dos Pobres (1933), passando pelo Albergue Noturno (1938) e pela fusão que consolidou a instituição (1950) até aos dias de hoje vão 120 anos de ajuda à comunidade tomarense.

MUNICÍPIO VAI APOIAR NA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

Cinco instituições de Matosinhos vão criar 300 novas vagas em ERPI

A Associação de Apoio Social de Perafita (ASSP), a ATI – Amigos da Terceira Idade de Leça da Palmeira, a Associação de Solidariedade Social Betesda, Esperança e Vida, o Centro Social e Cultural de Custóias e o Centro Social Paroquial do Padrão da Légua vão ser apoiadas pela Câmara Municipal de Matosinhos na preparação dos projetos para cinco novas Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI).

As cinco IPSS, que manifestaram intenção de apresentar candidatura à nova linha de financiamento nacional para criação e reabilitação de equipamentos sociais, vão criar 300 novas vagas em

ERPI.

O apoio da autarquia matosinhense poderá chegar a um montante global de 375 mil euros, correspondente a 75 mil euros por instituição.

Para além do apoio financeiro, o município cederá ainda quatro terrenos municipais, nas respetivas freguesias das instituições, no valor global de quatro milhões de euros, dado que uma das IPSS tem terreno próprio para a construção.

Para Luísa Salgueiro, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, “a decisão do Executivo Municipal resulta de um processo de auscultação às instituições locais e da identificação

partilhada das necessidades ao nível das respostas residenciais para pessoas idosas”.

Referindo a “experiência de avisos anteriores”, a edil defendeu que “o apoio municipal destina-se, por isso, a permitir que as IPSS preparem antecipadamente candidaturas mais robustas, maduras e competitivas, aumentando as hipóteses de financiamento para a futura construção dos lares de idosos”.

A iniciativa enquadra-se no Plano de Atividades 2026-2029 e dá resposta ao objetivo de reforçar as respostas sociais dirigidas à população idosa, num concelho onde entre 23% e 25% dos residentes têm mais de 65 anos.

Opinião

Henrique Rodrigues

Presidente do Centro Social de Ermesinde



O Tribunal Constitucional

1 - Há já vários meses que os partidos parlamentares se desentendem sobre a eleição pela Assembleia da República de três juízes para ocuparem outras tantas vagas na composição do Tribunal Constitucional.

Trata-se de uma situação nova.

Com efeito, desde a extinção da Comissão Constitucional, consumada pela revisão constitucional de 1982 - que marcou o abandono da tutela militar sobre o processo da fiscalização da constitucionalidade das leis-, consagrando Francisco Pinto Balsemão como obreiro da normalização democrática plena do novo Regime nascido da Revolução de Abril - que a composição da quota de juízes do Tribunal Constitucional cuja designação cabe ao Parlamento era objecto de acertamento prévio entre os dois principais partidos que, após a Revolução, assumiam à vez, sós ou acompanhados, o exercício do poder executivo - o PS e o PSD.

O Bloco Central.

Sucedem que PS e PSD deixaram de ser os dois principais partidos, pelo menos no que respeita à respectiva representação parlamentar, apanhados que foram pelo acesso do Chega ao pódio da composição da Assembleia da República.

A questão nova que a fragmentação parlamentar suscita, no que especificamente toca à eleição dos juízes para o Tribunal Constitucional, é a de saber se o mecanismo de escolha dos eleitos em petit comité, reservado aos dois partidos do sistema, se deverá manter; ou se a concreta composição da quota de juízes deverá espelhar a nova configuração parlamentar.

E, no caso concreto, se a elaboração da lista de juízes a indicar pelo Parlamento deverá ser também patrocinada pelo Chega, 2º partido com maior representação parlamentar, de modo a assegurar a maioria

qualificada de dois terços, que constitui requisito para a eleição dos juízes.

2 - Sobre o tema têm-se defrontado duas teses.

(É bom que, sobre assuntos momentosos atinentes ao funcionamento harmonioso das instituições democráticas, haja mais do que uma tese, ou opiniões desencontradas.

Para pensamento único, já bastou o tempo entre Maio de 1926 e Abril de 1974.)

Voltemos às duas teses:

A primeira sustenta que se deve manter o sistema em vigor, cabendo

ao PS e ao PSD continuar a combinar entre si quem serão os juízes que avaliarão da bondade dos diplomas legislativos, promanam eles da Assembleia da República ou do Governo.

Trata-se, ao fim e ao cabo, e indo ao fundo das coisas, de conferir a esses dois partidos uma espécie de papel de fiéis depositários dos valores do Regime que felizmente nos rege, constantes da Constituição da República, caução susceptível de ser transmitida a juízes formados no mesmo quadro de valores e com uma mundividência semelhante à dos partidos proponentes.

Foi esse o modo de designação dos Juízes pelo Parlamento, desde 1985 até ao presente.

Por outro lado, a tese de que a composição do Tribunal Constitucional deverá ser uma réplica da composição parlamentar, mesmo que adequada à descaracterização dos valores constitucionais - esperando-se das respectivas decisões uma conformidade com a maioria que elegera os juízes.

Embora não o referindo expressamente, a defesa desta segunda tese implica uma espécie de subordinação das decisões jurídico-constitucionais

da jurisdição do Tribunal afeiçãoada à agenda da maioria de turno - e do respectivo Governo.

Por outro lado, a defesa da primeira tese assenta na convicção de que as decisões do Tribunal Constitucional são, como todas as sentenças, a aplicação da lei - no caso, a Lei Constitucional - aos factos da causa.

3 - Dito de outro modo, mais à bruta:

Trata-se, no fundo, de saber se o Tribunal Constitucional é verdadeiramente um tribunal, integrando o poder judicial, que exerce as suas competências sem qualquer subordinação e que reparte o exercício da soberania do Estado com o Presidente da República, o Parlamento e o Governo; ou se visa ser uma câmara de ressonância do poder conjuntural em funções, sem verdadeira autonomia.

O Presidente do Tribunal, a propósito da indefinição e adiamento quanto à designação dos juízes em falta, já veio dizer que a jurisprudência do Tribunal Constitucional não é tributária das vicissitudes parlamentares, antes julga de acordo com os valores e princípios constitucionais.

E é assim que tem sido.

Tenho apontado como exemplo da independência e autonomia do Tribunal Constitucional a sua jurisprudência em matéria de declaração de inconstitucionalidade das normas dos Orçamentos de Estado no tempo do Governo de troika, a instâncias do então Presidente da República, Cavaco Silva, e do Provedor da Justiça, por violação do princípio da confiança.

Oxalá não tenha o Tribunal Constitucional que se pronunciar, a breve trecho, por novas ameaças ao sistema de pensões - como então...

O que for, soar...

4 - Entendo a coexistência autónoma dos órgãos de soberania num Estado democrático como um elemento estrutural da democraticidade do sistema político vigente nesse Estado.

A separação efectiva de poderes integra o conjunto de freios e contrapesos - de checks and balances - com que as sociedades democráticas limitam o Poder Executivo e a sua tentação de ultrapassar os limites das suas competências.

“O poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente”.





**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30

Manuais Representativas

19

Manuais Práticos

5.800

Produtos em Stock

4.800.000

€ em Total

120.000

Terminados Manuais de Referência de alta qualidade

175 M €

Em vendas

100%

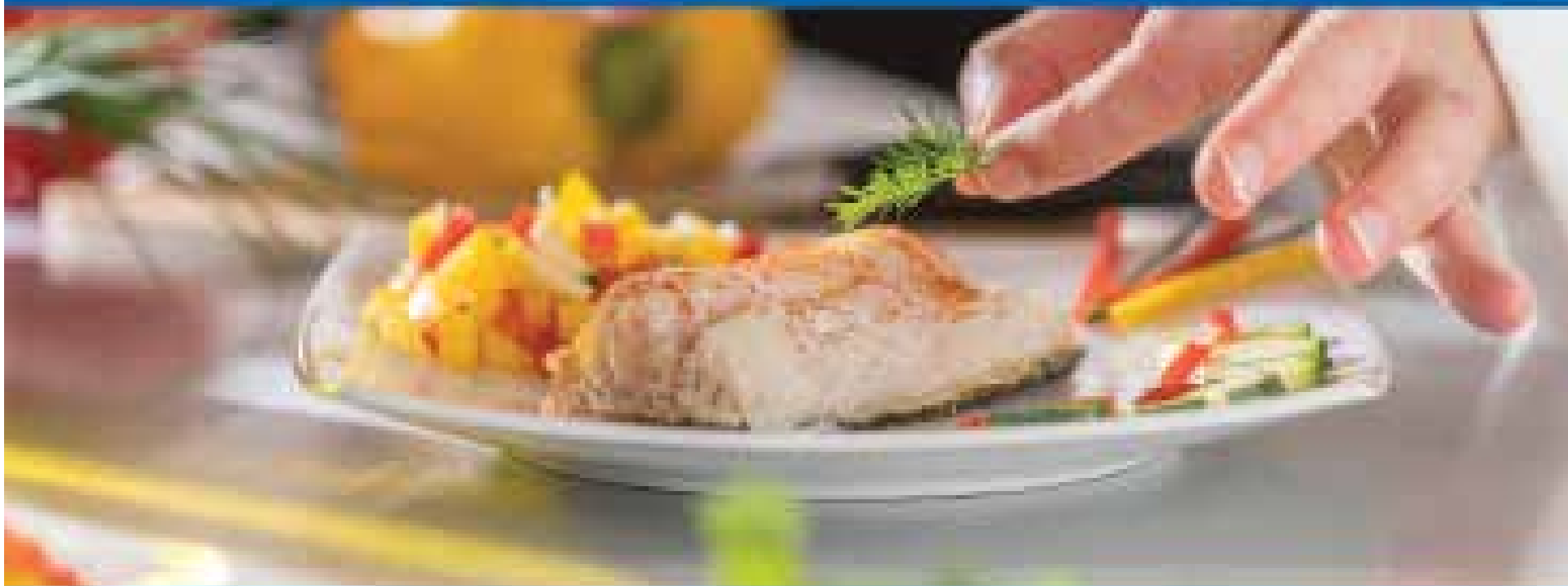
Cobertura Nacional e áreas de Marinha e Açores e implementação para Alentejo, Alentejo Alentejo e Alentejo

+24.000

Produtos em stock em mais de 24.000 pontos de venda

8

Plataformas de Logística: Lisboa, Porto, Braga, Covilhã, Alentejo, Açores, São Miguel e Terceira e Madeira



LISBOA: 214 201 888
ALGARVE: 301 404 001
PORTO: 224 244 000

COVILHÃ: 215 000 400
VISEU: 301 430 410
MADEIRA: 214 201 888

SÃO MIGUEL: 214 201 888
TERCEIRA: 215 010 940
www.sogemave.pt



certificação de qualidade
de acordo com
a norma
ISO 9001

TRIVALOR
VALOR 3

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DO PORTO

Estudos «Retratos do SAD» e «Valor 2024» apresentados no evento «Perspetivas 2025»

A UDIPSS Porto realizou o evento «Perspetivas 2025», no passado dia 26 de março, no qual foram apresentados dois estudos: «Retratos do SAD - a perspetiva das pessoas», que contou com a participação de 113 instituições associadas e visa diagnosticar o estado atual do Serviço de Apoio Domiciliário no distrito do Porto, analisando a sua adequabilidade às necessidades do público-alvo; e «Valor 2024 - Relato das IPSS do Porto», um trabalho que resulta da prestação de contas das IPSS e surge da necessidade de relatar a realidade financeira do sector social do distrito.

Relativamente ao estudo «Retratos do SAD» parte da necessidade de compreender a realidade das IPSS que desenvolvem esta resposta social, bem como o perfil e as necessidades das pessoas que dela beneficiam.

O estudo, segundo as autoras Sara Garrido e Sofia Campos, “permitiu obter uma leitura aprofundada da realidade do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) no Porto, tanto ao nível das instituições prestadoras como dos utentes e das pessoas de referência”.

Com o trabalho desenvolvido, “foi possível identificar convergências significativas quanto à importância do SAD na promoção da autonomia e bem-estar das pessoas idosas, mas também divergências e fragilidades estruturais que



carecem de atenção e intervenção”.

Através dos inquéritos realizados, as autoras conseguiram caracterizar os SAD do distrito como “estruturas de proximidade, de média capacidade e com forte apoio público”, no entanto “demonstram flexibilidade na resposta e compromisso social”.

O equilíbrio entre dimensão e personalização “constitui um dos principais desafios à sustentabilidade e qualidade do serviço, exigindo

continua adaptação às necessidades crescentes da população idosa e dependente”.

Os resultados obtidos junto das 113 IPSS que participaram no estudo demonstram que a resposta social SAD “continua a assumir um papel central na manutenção das pessoas no seu domicílio”, constituindo-se frequentemente como “o principal suporte social e emocional de muitas pessoas em situação de dependência e solidão”.

Porém, o estudo evidencia ainda que o SAD

é uma resposta social “pressionada por limitações de recursos humanos, financeiros e organizacionais, que comprometem, em alguns casos, a sua capacidade de resposta integral”.

Em conclusão, “o estudo confirma a relevância e atualidade do SAD como eixo fundamental das políticas de envelhecimento e de coesão social, enquanto evidencia a necessidade de o repensar e fortalecer de forma estratégica e integrada”.

Já quanto ao estudo «Valor 2024 - Relato das IPSS do Porto», elaborado por Sara Garrido, a grande conclusão é que 2024 “foi um ano de rutura com a evolução positiva do sector social” registada nos cinco anos anteriores.

“Desde 2019 que as IPSS do distrito do Porto não registavam uma percentagem superior a 30% de resultados líquidos negativos”, explicou a autora, lembrando que, no entanto, “apesar do aumento de IPSS com resultados negativos, 42% destas apresentam um valor considerado baixo”.

No final, a autora perspetiva que “os resultados de 2025 reflitam uma recuperação financeira das IPSS”.

A sessão que decorreu na Fundação Cupertino de Miranda e iniciou-se com uma breve apresentação da UDIPSS Porto e seus serviços.

CÁRITAS DIOCESANA DE BRAGANÇA

Grupo de Emergência e Catástrofes testou procedimentos em exercício

O Grupo de Emergência e Catástrofes da Cáritas Diocesana de Bragança esteve, nos dias 21 e 22 de março, presente no «24LivexEmergTTM», em Mogadouro, desenvolvendo uma intervenção marcada pelo espírito de solidariedade, proximidade e apoio às comunidades locais.

A participação inseriu-se no compromisso contínuo da Cáritas em responder de forma eficaz a situações de vulnerabilidade, emergência social e necessidade humanitária.

A intervenção destacou-se pela articulação com parceiros institucionais e pela capacidade de resposta organizada e humanizada.

O Grupo de Emergência e Catástrofe (GEC) da Cáritas Diocesana de Bragança participou ativamente na instalação de uma Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP), no âmbito de um exercício/ação de preparação e resposta a situações de emergência, num pavilhão cedido pelo município de

Mogadouro.

Esta intervenção teve como principal objetivo assegurar a criação de um espaço organizado, seguro e funcional, capaz de acolher temporariamente pessoas afetadas por uma eventual situação de catástrofe: derrocada do telhado de um prédio.

A equipa de voluntários do GEC foi responsável por colaborar na montagem e estruturação da ZCAP, garantindo condições adequadas, tais como: receção, registo, encaminhamento e permanência da população deslocada.

Durante a operação, foram criadas diversas valências essenciais, nomeadamente a área de acolhimento, espaço de apoio psicossocial, distribuição de bens de primeira necessidade, na zona de refeitório e zona destinada ao descanso, com a montagem de 20 camas (burros). O Grupo de Emergência e Catástrofe teve em conta as necessidades individuais de cada pessoa, promovendo um ambiente de dignidade e cuidado.



A participação incluiu, assim, a articulação com outras entidades de proteção civil e agentes locais, reforçando a importância do trabalho em rede em contextos de emergência.

Os responsáveis pelo GEC da Cáritas transmontana conclui que “o exercício permitiu testar procedimentos, melhorar a capacidade de resposta e consolidar competências técnicas e humanas da equipa”.



Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:

jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso

Estatuto Editorial:

<http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446>

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86, ICS-111333

LUÍS MONTENEGRO NA ASSINATURA DA ADENDA 2026

Este é um Governo de parceria estratégica com o Sector Social

O Governo e as Entidades Representativas do Sector Social Solidário (ERSSS) assinaram, esta terça-feira (dia 14), a Adenda para 2026 ao Compromisso de Cooperação, que consensualiza as atualizações aos protocolos de cooperação entre o Estado e as instituições sociais.

Na cerimónia, que decorreu na Residência Oficial do Primeiro-Ministro, Luís Montenegro destacou que com esta Adenda “há um reforço superior a 440 milhões de euros em dois anos”, sendo que, relativamente a 2025, o “aumento é de 218 milhões de euros”.

O primeiro-ministro sublinhou o “espírito de equipa do Governo”, que incluiu não só o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, “mas também a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, e ainda o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento”.

“Foi um trabalho que funcionou no equilíbrio de valores e interesses de cada um dos ministérios, mas houve, igualmente, espírito de equipa com as ERSSS, que são os parceiros privilegiados na proteção social das pessoas”, afirmou Luís Montenegro.

O líder do Governo reafirmou a intenção do executivo em criar “uma lei de financiamento da Economia Social, que possa enquadrar de forma permanente um financiamento ao sector que dê previsibilidade e estabilidade, não apenas às instituições, mas também às pessoas que são apoiadas pelas instituições” e acrescentou: “É algo que tem de estar acima das questões conjunturais”.

“O Governo valoriza muito o Sector Social Solidário”, sustentou Luís Montenegro, defendendo que “é um governo de concertação e de parceria estratégica com este sector”.

Quanto aos valores acordados na Adenda 2026, o primeiro-ministro considera que “não é nenhum benesse, mas uma posição estratégica para chegar às pessoas mais vulneráveis”, (consultar a Adenda nas páginas centrais).

Em substituição do padre Lino Maia, que há hora da assinatura da Adenda participava nas cerimónias fúnebres de uma das suas irmãs, o vice-presidente da CNIS, Eleutério Alves, afirmou que, na Adenda 2026, “considerados tanto o impacto do aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida como a variação média do índice de preços do consumidor, a atualização base é de 4,7%, mas há majoração em algumas respostas sociais para continuar o caminho de aproximação da comparticipação financeira equitativa”.

No entanto, “gostaríamos que estivesse ainda melhor, porque com esta parcialmente excessiva fidelização à comparticipação equitativa, por exemplo, o SAD, que é muito



importante e acautela a institucionalização, está a degradar-se”.

“Claro que ainda há muito caminho a percorrer e é imperioso estar vigilante”, alertou Eleutério Alves, defendendo que “é também imperioso desmontar o mito da desinstitucionalização, porque, enquanto se clama contra a

institucionalização, mais engrossam as listas de espera e mais gente pode ficar para trás”.

“Não é que sejamos arautos da institucionalização, mas temos de sentir as pessoas e conhecer a realidade”, rematou.

PEDRO VASCO OLIVEIRA

Lavandarias Profissionais IPSS

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MALA TELM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele